

Livro nº. 7
Folha 173
ff



**MUNICÍPIO DE
TERRAS DE BOURO**

QUADRIÉNIO 2013/2017

ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL

2017/06/30

Ata da sessão da Assembleia Municipal de 30 de junho de 2017

----- Aos trinta dias do mês de junho do ano de dois mil e dezassete, pelas vinte horas e cinquenta e cinco minutos, no Salão Nobre dos Paços do Concelho, realizou-se a terceira sessão ordinária do ano de dois mil e dezassete da Assembleia Municipal de Terras de Bouro, com a seguinte Ordem de Trabalhos: -----

- 1. Apreciação da atividade do Município, bem como da situação financeira do mesmo, nos termos definidos na alínea c) do número dois, do artigo vinte e cinco, do Decreto - Lei número setenta e cinco de dois mil e treze de doze de Setembro.-----**
- 2. Análise e votação de recomendação à Câmara Municipal para adesão à Associação Nacional das Assembleias Municipais (ANAM);-----**
- 3. Análise e votação do Regulamento Municipal dos horários de funcionamento dos estabelecimentos comerciais e de prestação de serviços no Município de Terras de Bouro;-----**
- 4. Análise e votação do Regulamento de feiras, venda ambulante e da atividade de restauração e bebidas não sedentária do Município de Terras de Bouro;-----**
- 5. Análise e votação do Regulamento do passe jovem municipal de Terras de Bouro;-----**
- 6. Apreciação do Relatório de Avaliação do Direito de Oposição do ano de dois mil e dezasseis;-----**
- 7. Análise e votação da terceira revisão às Grandes Opções do Plano, Orçamento da Receita e da Despesa do Plano Plurianual de Investimentos para o ano de dois mil e dezassete.-----**

----- O Presidente da Assembleia Municipal, Senhor Guilherme Coelho Alves, assumiu a presidência da Mesa e dos trabalhos desta sessão e como é costume, o Senhor Vítor Fernandes assumiu o lugar de Primeiro Secretário, sendo que, face à indisponibilidade da Segunda Secretária, Senhora Marinha Esteves, a Senhora deputada municipal Alice Sousa assumiu esse mesmo cargo na sessão de hoje.-----

----- Estiveram presentes nesta sessão a representar a Câmara Municipal o Presidente do Executivo, Dr. Joaquim José Cracel Viana e o Senhor Vereador Dr. António Afonso. Estiveram presentes os membros constantes do livro de presenças em uso nesta

assembleia, num total de vinte e quatro, tendo-se verificado as seguintes faltas justificadas: das senhoras deputadas Marinha Esteves e Sónia Maria Cracel Coura Nogueira Martins, do senhor deputado Rui Manuel da Costa Luís, substituído nos termos da Lei pela senhora deputada Maria Severina Fernandes Loureiro, da Senhora Presidente da Junta de Freguesia de Covide e do senhor Presidente da União de Freguesias de Chamoim e Vilar.-----

----- Comprovada a existência de "Quórum", o Presidente da Mesa declarou aberta a sessão e deu a palavra ao Primeiro Secretário para prestar informações sobre a correspondência recebida por esta Assembleia. O senhor Vítor Fernandes referiu os seguintes convites: da Junta de Freguesia de Vilar da Veiga para as cerimónias do aniversário da elevação do Gerês à categoria de Vila, da Associação Gerês Viver Turismo para a apresentação da logomarca "Gerês", da Associação Socio Cultural de Paradela de Valdosende para a inauguração da requalificação das Piscinas de Paradela, do GTI Gabinetes para uma conferência sobre a regionalização, o Boletim da ANMP e ainda a comunicação do senhor deputado João Luís Esteves sobre a sua desfiliação do PSD e consequente passagem à condição de deputado municipal independente. Por último, informou também sobre as faltas justificadas da senhora deputada Sónia Coura e da Senhora Presidente da Junta de Freguesia de Covide, sendo a mesma documentação colocada à disposição para consulta. -----

----- De seguida, procedeu-se à análise da ata da sessão anterior, cuja leitura foi dispensada por unanimidade e que não mereceu qualquer intervenção, sendo, logo de seguida, apresentada à votação e aprovada por unanimidade. -----

----- Iniciado o período de antes da Ordem do Dia, inscreveram-se para usar da palavra os seguintes deputados municipais: José Alberto Martins, Manuel Joaquim Sousa e Manuel Cerqueira. -----

----- Assim, o senhor deputado José Alberto Martins iniciou a sua intervenção com cumprimentos iniciais à mesa e a todos os presentes e dizendo logo de seguida que iria dividir a sua intervenção em três pontos. Assim se transcreve de seguida a intervenção do senhor deputado José Alberto Martins:-----

----- *"Hoje a saudade faz-nos uma visita, tentaremos que não venha acompanhada da tristeza como protagonista. Confortados por lembrar os bons momentos que foram partilhados com a presença de tão boa pessoa, trabalhadora e com uma vontade fortíssima de viver, transformou aqueles momentos e os momentos seguintes em momentos de reflexão. Que a perda de um amigo possa ser diminuída um pouquinho a cada dia e que daqui para frente a ausência de Adolfo Pereira seja capaz de*

fortalecer ainda o nosso apego á vida. O vazio que ficou jamais será preenchido, a forma como falava da sua doença parecia nada ter a ver com ele. O que mais custa a aceitar é que este homem deixou esta vida sem ver resolvido o licenciamento do seu negócio. Creio que não terá sido por responsabilidade da Câmara mas é óbvio que a administração não presta atenção aos seus cidadãos. Muito obrigado!-----

----- O que é que determina a grandeza de um homem? Podemos dizer que grandes homens são aqueles que realizam grandes feitos. Grandes homens são os que oferecem ao mundo extraordinárias descobertas. Grandes homens são os que interferem na política mundial, a bem dos povos, deixando gravados os seus nomes na memória da humanidade. Grandes homens são os têm seus nomes retratados nos jornais, na televisão por atos de coragem ou de abnegação que tenham realizado. Grandes homens são os têm seus nomes associados à dedicação e trabalho a favor do bem público. Grandes homens são também os que lutam todos os dias para sustentar com dignidade a família. Grandes homens são os que saem de casa antes do alvorecer para o trabalho e retornam ao cair da noite, extremamente cansados, sabendo que garantiram, com seu esforço, o sustento da família. Grandes homens são os que, após um dia de trabalho exaustivo, ainda têm tempo para se interessar pelos problemas familiares. Grandes homens são todas as pessoas, diligentes e dedicadas. Um grande homem está connosco hoje. Esse homem é Dr. António Afonso. Além de outras funções, foi vereador, foi presidente de Câmara e atualmente exerce novamente as funções de vereador. Foi na qualidade de Presidente de Câmara que Terras de Bouro recebeu mais investimento. Nunca esteve interessado em receber créditos ou título honorífico. Faz as coisas pensando o futuro de médio e longo prazo. A partir de hoje continuarei a respeitar o seu esforço e dedicação e farei tudo para manter o contacto e assim poder falar sobre a história de Terras de Bouro. Estou agradecido por muitas outras coisas. Estou ainda agradecido por acompanhado Terras de Bouro, neste mandato autárquico, na qualidade de vereador. E fico feliz por ter podido dizer o quanto aprecio as qualidades de quem dedica o seu tempo aos outros. Grandes homens são todos os que conseguem fazer o mundo um pouco melhor graças à sua existência. Termino dizendo, grandes homens são os que fazem a diferença na vida de alguém. É o caso!-----

-- Felicidade é uma coisa completamente diferente de sucesso. Na maior parte das vezes quando nos perguntam, se estamos bem, respondemos prontamente. Estou bem! Ganhei as eleições para presidente de câmara ou ganhei um alto cargo nesta ou

naquela empresa, na maior parte das vezes esquecemo-nos da parte essencial da vida que é afinal a nossa felicidade. Saborear a felicidade enquanto podemos é um desígnio que devemos perseguir continuamente. É neste enquadramento que decidi comunicar-vos ser este o meu último dia de trabalho político nesta Assembleia Municipal. Como foi aqui que ouvi a frase “o senhor acaba de chegar e eu já cá estou há 53 anos” - é aqui que Vos transmito que estou a acabar de sair. Agradeço imenso a quem me convidou para este desafio, fiz tudo o que sabia e podia para levar por diante uma competência confiada na minha esfera de responsabilidade. É uma decisão firme e devidamente ponderada. Não saio com o sentimento do dever cumprido coisa nenhuma. Desde logo, saio frustrado por não ter conseguido levar em frente um projeto que tinha para este concelho, razão sobejamente conhecida por todos e que excludo desta intervenção por não ser apropriado falar dela no tempo nem no lugar. Projeto esse que precisava de tempo. A organização e planeamento de uma coisa destas não se pode fazer de forma leviana, sem consistência e sem a devida discussão e aceitação no seio dos terrabourenses. Saio ainda frustrado por não ter conseguido que os problemas das pessoas de Terras de Bouro não fossem debatidos de forma aberta e sem táticas políticas. Estou a falar concretamente deste fórum de debate. Falou-se pouco para tanta decisão tomada. Os oligarcas não querem que se “faça política” com assuntos como a morte de uma pessoa ou com a possibilidade de desmascarar esta ou aquela situação, ou seja, não querem esclarecimento cabal, não querem tornar transparente aquilo que é de todos. A transparência nua e crua permitiria um trabalho profícuo na alteração de políticas para melhorar o concelho quiçá o mundo. A oligarquia convenceu-se recentemente de que a política são uns cumprimentos. Mas a política não devia ser uma mera passagem ou desfile, deveria ser um debate permanente sobre o estado de um território onde falta fazer tanta coisa. Porque com este tipo de política, só a sorte nos pode valer. Tudo seria melhor e mais fácil, se a forma de tratar os problemas das pessoas fosse através do rigor e da exigência - fácil de explicar e de fazer compreender a quem diz respeito. Manter a informação pública, de todos, do bem comum, no maior secretismo e tática política, retira direitos consagrados, desde logo, previstos na Constituição da República Portuguesa, nomeadamente a quem não pactua com o sistema. Os eleitores não devem estar na condição de pedintes, devem sim estar na condição de exigir, de quem ocupa cargos públicos, a resolução dos seus problemas, dentro dos limites da lei, naturalmente. É para isso que o erário público lhes paga. Dinheiro que não é deste ou daquele responsável ou administrador público mas sim de todos! Para não me

alongar muito e porque não pretendo que este seja um momento negativo, despeço-me de todos com um abraço em amizade, representado no final desta sessão na pessoa do senhor Presidente da Assembleia Municipal, desejando que percorram o caminho da felicidade, tudo fazendo, superando até, o Vosso esforço na condução do destino desta belíssima terra. Muito obrigado!”-----

----- Fim da transcrição e intervenção do senhor deputado José Alberto Martins.-----

----- O senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu seguidamente a palavra ao senhor deputado Manuel Joaquim Sousa conforme intervenção que de seguida se transcreve:-----

“Senhor Presidente da Assembleia Municipal,-----

Senhor Presidente da Câmara,-----

Caros colegas Deputados Municipais,-----

Caros cidadãos,-----

Temos conhecimento da existência de falhas de água em Saim. Ao que tudo indica o depósito está sujo e com necessidade de limpeza. Está prometida a limpeza na próxima semana. Porque se chega a uma situação destas? A Estrada Municipal 1149, que atravessa Vergaço, num determinado ponto existe uma curva que dificulta a passagem de autocarros. Existe uma casa que pode ser demolida com autorização do proprietário – a proprietária cedia parte do edifício. A Câmara Municipal foi informada da situação. Qual o ponto de vista para resolver? Gostaria de obter esclarecimentos sobre as razões para existir publicidade dos táxis por liquidar, que segundo me foi dado a conhecer, estão há quatro anos a aguardar o pagamento. Quando se propõe a fazer o referido pagamento? Pelo que me foi dado a conhecer não se trata de esquecimento porque os taxistas lesados já lembraram o Senhor Presidente várias vezes. Fiquei admirado em saber que existem estes valores pendentes, quando o Senhor Presidente, em reuniões anteriores, defendeu que não existiam pagamentos em atraso, que tudo estava a ser liquidado dentro dos prazos. Ao que parece existem de factos pagamentos por fazer. Várias vezes alertei para a manutenção das fachadas no Centro de Animação Termal no Gerês estarem sujas e que representam uma má imagem e mesmo desleixo no cuidado com os equipamentos municipais. Continuo a verificar que esse desleixo continua a existir. Foi graças à Caixa de Crédito Agrícola, que pelo menos a zona onde a instituição de instalou foi limpa, tudo o resto continua a fazer um contraste menos bonito. Nas traseiras do CAT encontram-se em abando e sem qualquer manutenção (que eu tive oportunidade de fotografar); encontrei lá

material de publicidade de provas desportivas de outros anos. Trata-se de um repositório de lixo. Gostaria de saber esclarecimentos sobre o que pretende o Senhor Presidente fazer em relação às reclamações de comerciantes e mesmo da direção da Caixa de Crédito Agrícola, em relação a uma banca de venda de artigos diversos mesmo em frente ao CAT? Pelos vistos o espaço ocupado é considerável, cada vez maior, e tem resultado em inúmeras queixas. Existe autorização de cedência do espaço? Que resposta pode dar aos comerciantes e mesmo à instituição bancária que o senhor tanto fez para que se instalasse na Vila do Gerês? É importante aqui lembrar, apesar de já muito se ter falado por todo o país, sobre os acontecimentos ocorridos há duas semanas em Pedrógão Grande, Figueiró dos Vinhos, Gois, terrivelmente afetados pelo terror dos fogos florestais, que para além de floresta, bens materiais, queimou até à morte 64 vidas humanas. Conhecemos esta história (não tão trágica) de anos anteriores ou mesmo décadas. Tememos que no futuro volte a acontecer e de forma cada vez mais devastadora, nesse tempo mais lágrimas e lamentos se derramarão. Sabemos as causas, sabemos as respostas que não foram dadas pelo poder central. Para Lisboa, concelhos como o nosso são paisagem, nunca preocupação. É importante que as Assembleias Municipais e Executivos exijam ação para que o lamento não se tenha de repetir como tem sido hábito. Perante o que aconteceu no ano passado no Parque Nacional da Peneda Gerês, que medidas que o governo já implementou, tendo em conta as promessas feitas aos Senhores Presidentes de Câmara? Sabemos que haverá ou há mais equipas de sapadores. O que tem sido feito pelo Executivo Municipal este ano para a prevenção? É importante que este assunto se mantenha sempre presente e que a postura seja sempre ativa porque num concelho como o nosso, onde grande parte do território é floresta e as populações estão cada vez mais envelhecidas e isoladas, o perigo está constantemente à espreita e é necessário prevenir, para depois não se remediar, pois os lamentos de Lisboa, nessa altura, serão desnecessários.” -----

----- Fim da intervenção e conseqüente transcrição da intervenção do senhor deputado Manuel Sousa.-----

----- Seguidamente, assumiu a palavra o senhor deputado Manuel Cerqueira com cumprimentos dirigidos à Mesa e a todos os presentes para questionar logo depois o Senhor Presidente da Câmara Municipal sobre o ponto de situação do processo de geminação com Saint Arnault-en-Yvelines e também sobre as limpezas da via na Vila do Gerês que são feitas com o soprador e do cuidado que se deverá ter com esta ferramenta que, por vezes, incomoda quem passa na rua, sendo talvez aconselhável,

segundo o senhor deputado Manuel Cerqueira, usar outra ferramenta, talvez um aspirador. -----

----- Após estas primeiras intervenções, iniciou-se o período de respostas e esclarecimentos por parte do Senhor Presidente da Câmara, não sem antes dirigir uma saudação extensiva a todos os presentes. -----

----- Relativamente à intervenção do deputado José Alberto Martins, o senhor Presidente comentou que se trataram de considerações pessoais e que até concorda com algumas delas, no entanto, no que diz respeito à falta de transparência no campo pessoal não poderia estar mais em desacordo, sublinhou o Senhor Presidente da Câmara Municipal, pois da sua parte sempre houve total transparência, tanto nos seus atos como nas suas informações. -----

----- Seguidamente e sobre as questões do senhor deputado Manuel Sousa, o Senhor Presidente da Câmara Municipal respondeu que o problema da falta de água no lugar de Saim, freguesia de Choreense, já se encontra resolvido e esclareceu que as dificuldades que por vezes surgem com a rede de abastecimento de água dizem respeito à manutenção e problemas nos depósitos, situação difícil de controlar ou de prever, mas que se tenta controlar o mais possível com visitas regulares aos depósitos por parte dos funcionários do Município, quer para análises da qualidade da água quer para verificação ou deteção de anomalias. Houve, de facto, uma anomalia no depósito de água que serve o lugar de Saim, que exigiu uma intervenção que decorreu durante alguns dias, o que impediu o abastecimento de água à população. Já no que diz respeito à estrada no interior do lugar Vergaço, freguesia de Cibões, há realmente um problema de estrangulamento da rua, onde os veículos pesados, sobretudo autocarros, têm dificuldade em transitar. Os donos da casa que dificulta o trânsito dos autocarros já se disponibilizaram para deixar demolir uma parte dessa estrutura, mas que acarretará para o Município uma despesa bem significativa. Não se trata de uma situação de absoluta necessidade, uma vez que os autocarros circulam nessa via, embora no local do estrangulamento com alguma dificuldade. O Sr. Presidente informou que esteve no local a avaliar a situação com o técnico municipal Sr. Arq. Manuel Martins e as intervenções a fazer são muito dispendiosas. Em contacto com o Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Cibões e Brufe, foi informado que a situação não é de absoluta necessidade, uma vez que os autocarros, mesmo os mais compridos, circulam nessa via, o que foi de imediato confirmado pelo Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Cibões e Brufe, que estava presente nesta sessão da

Assembleia Municipal e referiu que “todos os condutores de autocarros circulam sem problemas nesse local, exceto um condutor que tem manifestado a sua preocupação e as suas dificuldades”. No que diz respeito à situação da publicidade nos táxis do concelho, será regularizada em breve, talvez já no decorrer da próxima semana e quanto à fachada do Centro de Animação da Vila do Gerês, foi já efetua a limpeza possível de uma parte da fachada e a outra afigura-se mais difícil. Relativamente à situação do vendedor de artesanato em frente à CCA do Gerês, o senhor tem licença de vendedor ambulante, é uma situação problemática pois não se poderá impedir a pessoa em causa de estar no local, mas concorda que o local não é o mais indicado. Já sobre as tragédias provocadas pelos incêndios florestais, o Sr. Presidente lamentou profundamente essas tragédias e comentou que, na verdade, não existem meios de combate aos incêndios cem por cento eficazes, no entanto, o Governo tem já no terreno do PNPG várias equipas do Corpo Nacional de Agentes Florestais (CNAF), compostas por 50 homens, sendo dez elementos para cada município abrangido, frisando o Senhor Presidente a importância da presença humana nas florestas como forma de dissuadir e combater os fogos florestais. Ainda sobre esta matéria, o Senhor Presidente referiu a importância das melhorias na cobertura móvel de telecomunicações que já se encontra em funcionamento no PNPG com novas antenas e com previsão até ao próximo ano de instalação de novas estruturas. Não será de mais lembrar, sublinhou o Senhor Presidente, que em Terras de Bouro se procedeu à limpeza de caminhos, corte de árvores e concretização das faixas de limpeza no intuito de tentar precaver e minorar os eventuais incêndios florestais.-----

----- À intervenção do senhor deputado Manuel Cerqueira, o Senhor Presidente respondeu que o processo de geminação com Saint Arnault-en-Yvelines está ativo e será para manter, se assim o entender o próximo presidente da câmara municipal. Relativamente ao assunto da limpeza na Vila do Gerês, existe agora a moda dos sopradores, máquinas que podem, eventualmente, incomodar algumas pessoas que estejam perto dos funcionários de limpeza e o que se poderá fazer é contactar a Junta de Freguesia local para interceder junto dos funcionários para que tenha mais cuidado com as pessoas aquando da sua utilização. -----

----- Posteriormente assumiu a palavra o senhor Presidente da Junta de Freguesia de Moimenta para informar que no dia 1 de julho irá sair de Terras de Bouro um camião TIR com mantimentos e outros bens para as vítimas dos incêndios de Pedrógão Grande. O Senhor Manuel Tibo sublinhou o grande e valoroso trabalho dos Bombeiros de Terras de Bouro e das Juntas de Freguesia do concelho e de todos os que se

empenharam nesta campanha e no seu sucesso, inclusive os “irmãos e vizinhos espanhóis de Lóbios”, que contribuíram para uma magnífica campanha solidária, endereçando a gratidão e os parabéns a todos. -----

----- Ainda sobre este último assunto, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal interveio também para agradecer a todos os que se empenharam na campanha de solidariedade a favor das populações vítimas dos incêndios florestais e salientou de forma muito positiva o sucesso desta ação solidária. -----

----- De igual forma, o Senhor Presidente da Câmara Municipal também se referiu à recolha de bens para as vítimas dos recentes incêndios no região centro do país e da forma mobilizadora como tal decorreu, referindo também o “Minuto de Silêncio” assinalado na câmara municipal como forma de respeitar a memória das vítimas. -----

----- Ainda nesta sua intervenção, o Senhor Presidente prestou mais duas informações. Assim, referiu-se ao pedido de esclarecimento feito junto das entidades responsáveis, nomeadamente o ICNF, sobre as portagens na Mata da Albergaria e ainda sobre o nível da água nas albufeiras do concelho, com a intervenção do Município junto da EDP Produção, a pedido também da Junta de Freguesia do Campo do Gerês, para que o nível da água na albufeira de Vilarinho da Furna baixe, pelo menos cinco metros, durante o verão. -----

----- Seguiu-se o período reservado às intervenções do público presente, não se tendo registado qualquer intervenção. -----

----- Terminado este período de “antes da ordem do dia”, entrou-se de seguida nos pontos da Ordem de Trabalhos, que foram os seguintes: -----

1. **Apreciação da atividade do Município, bem como da situação financeira do mesmo, nos termos definidos na alínea c) do número dois, do artigo vinte e cinco, do Decreto - Lei número setenta e cinco de doze de Setembro.**-----
2. **Análise e votação de recomendação à Câmara Municipal para adesão à Associação Nacional das Assembleias Municipais (ANAM);**-----
3. **Análise e votação do Regulamento Municipal dos horários de funcionamento dos estabelecimentos comerciais e de prestação de serviços no Município de Terras de Bouro;**-----
4. **Análise e votação do Regulamento de feiras, venda ambulante e da atividade de restauração e bebidas não sedentária do Município de Terras de Bouro;**-----

5. **Análise e votação do Regulamento do passe jovem municipal de Terras de Bouro;**-----
6. **Apreciação do Relatório de Avaliação do Direito de Oposição do ano de dois mil e dezasseis;**-----
7. **Análise e votação da terceira revisão às Grandes Opções do Plano, Orçamento da Receita e da Despesa do Plano Plurianual de Investimentos para o ano de dois mil e dezassete.**-----

----- Neste período inicial da ordem do dia, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal introduziu o primeiro ponto da ordem de trabalhos e o Senhor Presidente da Câmara Municipal apresentou o valor da receita cobrada em operações orçamentais até ao dia vinte e cinco de junho que era de quatro milhões, oitocentos e cinquenta e dois mil, novecentos e catorze euros e noventa e dois cêntimos e sobre o valor da despesa, também em operações orçamentais, cujo valor era de quatro milhões, quatrocentos e oitenta e sete mil, oitocentos e sessenta e cinco euros e oitenta e quatro cêntimos. Continuado, o Senhor Presidente da Câmara informou que já foram transferidos para as juntas de freguesia o valor dos acordos de execução que estavam previstos até dia trinta de setembro e relativamente às divisões do município referiu o seguinte: a emissão de certidões e licenças pela Divisão de Planeamento e Urbanismo; a elaboração de estudos e projetos para submissão de candidaturas a fundos comunitários pela Divisão de Obras Municipais, as várias atividades do Centro Municipal de Valências e do Projeto Bem Envelhecer; a *XIII Subida da Vezeira*; a presença de Terras de Bouro no "Welcome Center" no Porto; o Torneio Concelhio de Futebol; a presença de Terras de Bouro na Festa da Montanha, no Mezio; a prova desportiva "Gerês Granfondo"; as comemorações da Vila do Gerês; as marchas populares infantis; a atividade do Gabinete de Apoio ao Agricultor e a prevista realização das jornadas das bibliotecas escolares; do evento *Moda Verão 2017* em Terras de Bouro e das Festas Concelhias em Honra de S. Brás de três a sete de agosto. Depois, o Senhor Presidente da Câmara aludiu a uma proposta que foi apresentada na DPU para arrendamento do pavilhão no Parque Industrial de Moure, freguesia da Balança, para instalação de uma fábrica de ferro, assunto que gostaria de deixar à consideração desta Assembleia, já que há pretensão do requerente em obter uma renda reduzida, quase simbólica para ocupar o espaço. -----

----- Aberto posteriormente o período de inscrições para comentar e ou avaliar este ponto da ordem de trabalhos, assumiu a palavra o senhor deputado Filipe Pires, do Partido Socialista, que depois dos cumprimentos iniciais, se referiu concretamente ao

assunto do arrendamento do pavilhão em Moure para dizer que se trata de uma ótima notícia e que o contrato deverá ser bem negociado, assim como a manutenção dos postos de trabalho. Quanto ao valor da renda, concorda que seja simbólico, pois demonstrará a vontade e a disponibilidade do Município para novas pretensões, pois o que importa é proporcionar as condições para a fixação de empresas e criação de postos de trabalho, tão necessários no nosso Município, sublinhou o senhor deputado Filipe Pires. -----

----- A intervenção seguinte pertenceu ao senhor deputado Manuel Sousa nos moldes que de seguida se transcrevem:-----

----- *“Se os postos de emprego forem preferencialmente para pessoas do município, mesmo que tenham de vir trabalhadores para dar formação, é de aproveitar o investimento. Entre ter um espaço a contribuir para a riqueza do município e estar abandonado, é preferível um acordo simbólico e rentabilizar o mesmo. Ganha a população, ganha o pequeno comércio como cafés e restaurantes. Da minha parte tem o apoio na concretização do negócio, desde que não traga custos futuros para o município.”* -----

----- Fim da transcrição e intervenção do senhor deputado Manuel Sousa. -----

----- Sobre o mesmo assunto pediu a palavra o senhor deputado Adriano Afonso para frisar a importância de salvaguardar no contrato situações futuras no funcionamento da fábrica, nomeadamente, questões ambientais, como depósitos de resíduos e outros, além de, sublinhou também, ficar estabelecido no eventual acordo entre o município e o interessado de que as instalações terão que ser utilizadas para a instalação de uma indústria e de que não se venha a transformar num estaleiro da própria indústria ou com outro aproveitamento.-----

----- De igual forma interveio o senhor Vereador Dr. António Afonso para sublinhar a importância das cláusulas do contrato que salvaguardem o município futuramente. -----

----- O Senhor Presidente da Câmara Municipal interveio novamente para informar que, certamente, o Gabinete Jurídico do Município irá elaborar um contrato que preveja e salvaguarde todas as situações. -----

----- Continuando a sessão, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal introduziu o segundo ponto da ordem de trabalhos e o Senhor Presidente da Câmara Municipal apresentou e explicou a recomendação apresentada pela Associação Nacional das Assembleias Municipais, assim como os encargos futuros daí advindos. -----

----- Sobre este assunto, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal interveio para

informar que cerca de sessenta por cento das assembleias municipais teriam já aderido a esta associação, lendo de seguida os objetivos da ANAM e considerando-os importantes. -----

----- Aberto posteriormente o período de inscrições para comentar e ou avaliar este ponto da ordem de trabalhos, assumiu a palavra o senhor deputado Filipe Pires para dizer que acha o valor da quota um pouco exagerado e será preciso saber exatamente os propósitos da associação, nomeadamente em relação a Terras de Bouro.-----

----- A intervenção seguinte pertenceu ao senhor Presidente da Junta de Freguesia de Moimenta afirmando que esta situação de pertencer ou não a esta associação se poderia resolver já, porque acabará por ser aprovada. -----

----- Sobre o mesmo assunto, o senhor deputado Manuel Cerqueira referiu que, em nome da Coligação “Juntos por Terras de Bouro”, se deveria adiar esta decisão para a próxima legislatura em nova assembleia municipal.-----

----- Igual decisão de adiamento manifestou o senhor deputado Manuel Sousa.-----

----- Colocada à votação, “ a recomendação à Câmara Municipal para adesão à Associação Nacional das Assembleias Municipais (ANAM)”, foi deliberado, por maioria, com três votos contra, adiar esta decisão para a nova legislatura.-----

----- A sessão prosseguiu com o Senhor Presidente da Assembleia Municipal a introduzir o terceiro ponto da ordem de trabalhos e o Senhor Presidente da Câmara Municipal apresentou a fundamentação legal do mesmo. -----

----- Sem intervenções requeridas, o terceiro ponto da ordem de trabalhos foi aprovado por unanimidade.-----

----- O Senhor Presidente da Assembleia Municipal introduziu logo depois o quarto ponto da ordem de trabalhos e o Senhor Presidente da Câmara Municipal apresentou também a fundamentação legal do mesmo. -----

----- Sem intervenções requeridas, o quarto ponto da ordem de trabalhos foi aprovado por unanimidade.-----

----- Continuando, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal introduziu seguidamente o quinto ponto da ordem de trabalhos e o Senhor Presidente da Câmara Municipal afirmou que, decorrido o período de discussão pública do regulamento em causa, cabe agora à assembleia municipal emitir a sua opinião. -----

----- Sem intervenções requeridas, o quinto ponto da ordem de trabalhos foi aprovado por unanimidade.-----

----- Passando ao sexto ponto, o Senhor Presidente da Câmara Municipal informou que existe uma necessidade legal de apresentar o *Relatório de Avaliação do Direito de*

Oposição do ano de dois mil e dezasseis, explicando logo depois o seu teor. O Senhor Presidente informou também que em reunião do Executivo Municipal, o relatório obteve uma apreciação desfavorável dos dois senhores vereadores da oposição pelo facto de “nem sempre terem sido cumpridos os prazos para a entrega dos documentos para as reuniões”. -----

----- Aberto o período de inscrições sobre o sexto ponto, interveio o senhor deputado Alexandre Pereira da *CDU*, dizendo que esta situação não diz respeito a esta assembleia, pois não tem acesso aos mesmos documentos que a reunião do executivo fornece e tal decisão só cabe aos vereadores da oposição que têm lugar nessas reuniões do executivo. Quanto à Assembleia Municipal, os documentos sempre foram entregues atempadamente. O que acontece, na verdade, é que os partidos com acento apenas na Assembleia Municipal e sem representação no órgão executivo, não têm acesso a tanta informação e, por isso, não possuem as mesmas condições para exercer com eficácia e relevo o direito de oposição. -----

----- Colocado à votação, foi deliberado apreciar favoravelmente, por maioria, o *Relatório de Avaliação do Direito de Oposição do ano de 2016*, com o voto contra do senhor deputado Manuel Sousa. -----

----- Relativamente ao sétimo ponto, o Senhor Presidente da Câmara Municipal usou novamente da palavra para explicar o fundamento da *terceira revisão às Grandes Opções do Plano, Orçamento da Receita e da Despesa do Plano Plurianual de Investimentos para o ano de 2017*, no valor de noventa e cinco mil e sessenta e um euros, resultante de uma transferência para o Município do Fundo de Emergência Municipal e da candidatura “Promoção das TIC na Administração e Serviços Públicos”, efetuada junto da Agência para o Desenvolvimento e Coesão, IP.-----

----- Sobre este ponto não se registaram intervenções e colocada depois à votação foi a *terceira revisão às Grandes Opções do Plano, Orçamento da Receita e da Despesa do Plano Plurianual de Investimentos para o ano de 2017*, no valor de noventa e mil e sessenta e cinco euros, aprovada por unanimidade.-----

----- Sendo vinte e três horas e nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal desejou as maiores felicidades a todos e umas boas férias, dando por encerrada a presente sessão, da qual se lavrou a presente ata que, depois de lida, discutida e aprovada, vai ser assinada pelo Senhor Presidente e por mim que a secretariei. -----

O Presidente da Assembleia Municipal

GUILLERME ALVES

O Secretário da Assembleia Municipal



